

JOGATINA

Abrasce: bets ‘tiram dinheiro’ dos shoppings

A consolidação dos sites de aposta - as chamadas bets - afetou o comércio no Brasil, na visão do presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Glauco Humai. "As bets estão tirando, sim, dinheiro do consumo e

dos shoppings" afirmou, em entrevista coletiva à imprensa. As bets movimentam em torno de R\$ 30 bilhões por ano, um volume de recursos relevante, na visão do presidente da associação de shoppings. "As pessoas que estão com pouco

dinheiro, muito endividadas e ainda jogando nas bets têm mais dificuldade para comprar", assinalou. Outro fator de concorrência para os shoppings é o avanço do comércio eletrônico, cujas entregas estão mais rápidas. **PÁGINA 2**

DEFESA DA CORTE

Moraes: juiz pode receber por palestra e possuir ações

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que juízes podem receber por palestras e ter ações de empresas, desde que não atuem como sócios-dirigentes. Durante sessão à tarde, o ministro classificou como “má-fé” críticas sobre a atuação de ministros da Corte. As declarações foram feitas durante o julgamento que discute a validade da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que restringiu o uso das redes socais por magistrados. Segundo o ministro, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) somente impede que o magistrado seja sócio-dirigente de empresas. Moraes disse que a magistratura é a carreira pública com mais vedações de condutas. "O magistrado pode receber por palestras, pode ser acionista (de empresa). A Loman diz que não pode ser sócio-dirigente. Se assim não fosse, nenhum magistrado poderia ter aplicação em um banco, ações de um banco. **PÁGINA 6**

PACTO ENTRE PODERES

Lula diz que luta contra feminicídio deve ser sobretudo dos homens



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Ao assinar o decreto que institui o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) defendeu ontem que o combate ao feminicídio e a todas as formas de violência contra a mulher deve ser responsabilidade da sociedade, mas sobretudo dos homens. “Não basta não ser um agressor. É também preciso lutar para que não haja mais agressões. Cada homem desse país

tem uma missão a cumprir”, disse, durante cerimônia no Palácio do Planalto. O pacto prevê atuações coordenadas e permanentes entre os Três Poderes, com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres no Brasil. A novidade, segundo Lula, é que, pela primeira vez, estão assumindo que a responsabilidade na luta pela defesa da mulher não é só da mulher. **PÁGINA 7**

DOENÇA

Brasil deve ter 781 mil novos casos de câncer por ano

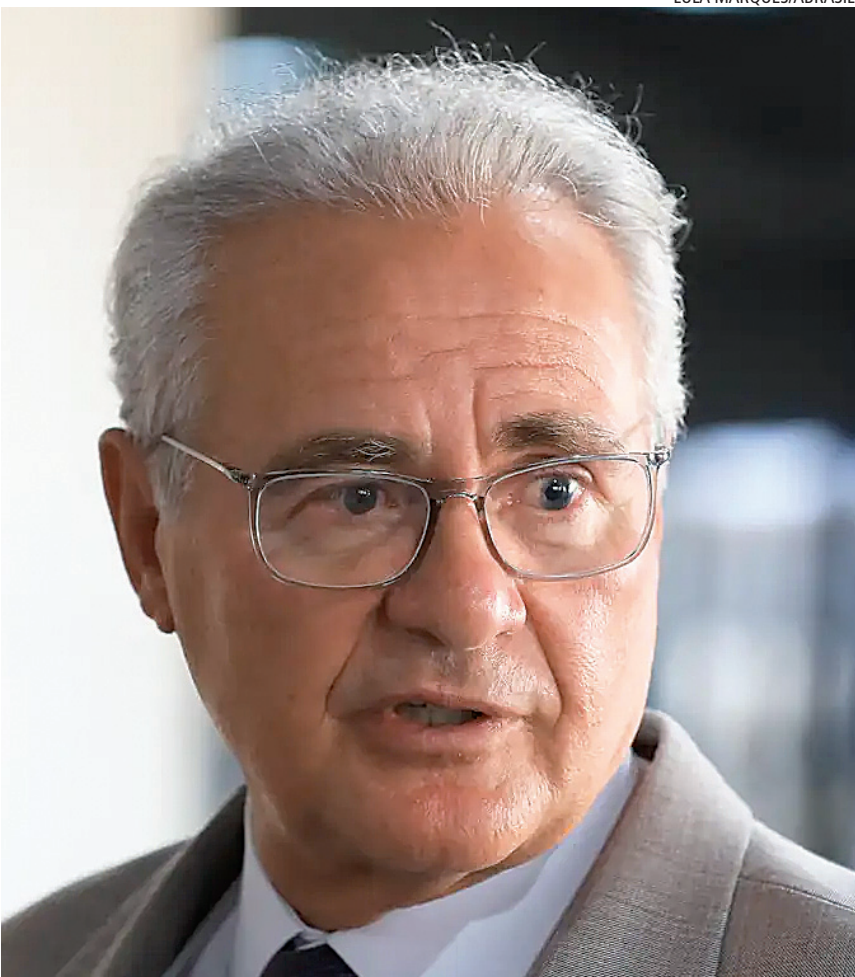
PÁGINA 5

SÃO PAULO

Smart Sampa gera prisões indevidas, diz pesquisa

PÁGINA 4

FRAUDE FINANCEIRA



LULA MARQUES/ABRASIL

Senado instala comissão para apurar fraudes do Banco Master

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado instalou, ontem, uma subcomissão para acompanhar as investigações relacionadas aos fatos e condutas atribuídas ao Banco Master, suspeito de fraudes bilionárias no mercado financeiro. A chamada Comissão do Bando Master terá 13 membros e será coordenada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) (**foto**), que afirmou que o caso se trata da maior fraude bancária da história brasileira. “Diante da gravidade e da magnitude dos lesados, [esse caso] deve ser encarado de frente, doa a quem doer. Não haverá, desta Comissão do Master, nenhuma retaliação absolutamente contra ninguém. **PÁGINA 6**

INDICADORES																		
IBOVESPA 0,77% / 182.765,80 / 1.401,90 / Volume: 27.954.753.426 / Negócios: 4.072.686									Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,41% (jan.)	EURO turismo		
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,20% (jan.)	Compra: 6,2771	Venda: 6,4571
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
GOLL54	11,37	0,00	0,00	MWET4	13,50	+56,61	+4,88	FICT3	0,70	-38,60	-0,44	Dow Jones	49.407,66	+1,05				
RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090	MRSA3B	42,80	+9,74	+3,80	SEQI3	1,310	-22,94	-0,390	S&P 500	6.976,44	+0,54	Taxa Selic	(28/01)	15%	
PETR4	37,24	-1,38	-0,52	BIOM3	6,74	+9,59	+0,59	JFEN3	1,01	-9,82	-0,11	NASDAQ Composite	23.592,107	+0,56	TR	(03/02)	0,1719%	
B3SA3	16,35	+1,24	+0,20	TCSA3	1,63	+8,67	+0,13	BMIN4	19,05	-9,07	-1,90	Nasdaq 100	25.738,613	+0,73	Poupança	(03/02)	0,6728%	
CVCB3	2,49	-4,96	-0,13	ODPV3	12,12	+7,83	+0,88	RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090	Euronext 100	1.783,36	+0,69				
												CAC 40	8.181,17	+0,67				

MERCADOS



Bovespa tem maior queda diária desde 5 de dezembro de 2025

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

No dia seguinte à retomada da renovação de recordes, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ameaçou ontem, o que seria a sua maior queda livre desde o chamado "Flávio Day" - como ficou conhecido o dia do anúncio da pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à presidência da República, e o sismo resultante na precificação dos ativos. Se em 5 de dezembro passado, o Índice Bovespa (Ibovespa) mergulhou 4,31% naquele fechamento - após ter renovado recorde intradiário na mesma sessão -, Ontem o ajuste negativo chegou a ficar perto de 3%.

Porém, com a melhora em Vale (ON +0,49%) em direção ao fechamento, o índice moderou a perda de ontem a 2,14%, aos 181.708,23 pontos. Uma variação, que na mínima do dia (180.268,54), superava 5 mil pontos em relação ao nível de abertura, correspondente à máxima do dia, de 185.670,99.

Ao fim, foi a maior perda diária para o Ibovespa desde 16 de dezembro (-2,4%). O giro financeiro, como observado desde janeiro, permanece fortalecido na B3, a R\$ 37,0 bilhões, refletindo o aumento da exposição do investidor de fora a Brasil, com a rotação de ativos desde os Estados Unidos. Após a realização de lucros desta quarta-feira, o Ibovespa limita o ganho da semana a 0,19% que coincide com o acumulado no mês de fevereiro. No ano, sobe 12,77% e, em 12 meses, agrega 45,2%.

Na B3, entre os maiores bancos, as perdas de Santander Unit ficaram em 2,7%, após a divulgação do balanço da instituição financeira, que abriu a temporada do quarto trimestre de 2025. Principal ação do segmento, Itaú PN caiu 3,29% - o banco divulga

balanço, depois do fechamento da B3. Bradesco PN cedeu 3,23%. As gigantes de commodities mostraram resiliência maior ao movimento negativo, com destaque para Vale ON, principal papel do Ibovespa, conseguindo se descolar no fechamento. Petrobras cedeu 0,57% na ON e 0,16% na PN.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, apenas sete das 85 ações que compõem o Ibovespa conseguiram escapar do campo negativo no fechamento, com Braskem (+1,95%), Porto Seguro (+1,51%), Rumo (+1,33%) e Suzano (+1,04%) à frente. No lado oposto, destaque para Raízen (-13,27%), Totvs (-12,89%), Hypera (-10,30%) e Cogna (-6,91%).

No quadro mais amplo, certa cautela também prevaleceu nas bolsas de Nova York neste meio de semana, com foco ainda voltado para os resultados de empresas americanas, em especial as do setor de tecnologia, sob escrutínio desde o fim do ano passado em meio a dúvidas quanto a uma bolha de IA. Por lá, o Nasdaq fechou o dia em baixa de 1,51%, à frente do S&P 500, que cedeu 0,51%, enquanto o Dow Jones subiu 0,53% na sessão.

DÓLAR

Depois de operar em baixa firme pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde, acompanhando a onda de valorização da moeda americana no exterior, e passou a segunda etapa de negócios entre estabilidade e leve alta.

Com mínima de R\$ 5,2166 e máxima de R\$ 5,2651, dólar à vista encerrou a sessão de ontem a R\$ 5,2495 (-0,01%). A divisa tem variação de 0,04% nos três primeiros pregões de fevereiro, após recuo de 4,4% em janeiro - a maior desvalorização mensal desde junho de 2025, quando caiu 4,99%.

S&P

PMI de serviços do Brasil desacelera para 51,3 em janeiro

DANIEL TOZZI/AE

O índice dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) a respeito da atividade do setor de serviços do Brasil desacelerou o ritmo de crescimento, de 53,7 pontos em dezembro para 51,3 em janeiro, informou nesta quarta-feira, 4, a S&P Global. Leituras acima de 50,0 pontos indicam expansão da atividade. O movimento, portanto, significa um ritmo de crescimento mais suave na passagem de um mês para o outro.

"Com a moderação da demanda por serviços, as empresas restringiram os aumentos da atividade, rebaixaram as previsões de atividade de serviços e cortaram as contratações", detalhou, em nota, a diretora associada de Economia da S&P Global, Pollyana de Lima. "A eliminação de postos de trabalho significa

que as famílias têm menos dinheiro para gastar e, se sustentada, a desaceleração pode se espalhar rapidamente dos serviços para outros setores", complementa ela.

Conforme relatório da S&P onde foram divulgados os dados, os empresários do setor que responderam à pesquisa estavam menos otimistas em relação às perspectivas futuras.

Os provedores de serviços mencionaram preocupação com políticas públicas, os efeitos das eleições presidenciais deste ano e as tensões geopolíticas.

Apesar da desaceleração do crescimento na margem, Lima destacou que a pesquisa do mês mostrou novo declínio na inflação de serviços. "Notavelmente, os encargos de custatratções", aumentaram no ritmo mais lento em vinte meses, abrindo espaço para um corte de juros nos próximos meses", disse ela.

JOGATINA

Abrasce: bets tiram dinheiro do consumo e dos shoppings

CIRCE BONATELLI/AE

A consolidação dos sites de aposta - as chamadas bets - afetou o comércio no Brasil, na visão do presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Glauco Humai (foto). "As bets estão tirando, sim, dinheiro do consumo e dos shoppings" afirmou, em entrevista coletiva à imprensa.

As bets movimentam em torno de R\$ 30 bilhões por ano, um volume de recursos relevante, na visão do presidente da associação de shoppings. "As pessoas que estão com pouco dinheiro, muito endividadas e ainda jogando nas bets têm mais dificuldade para comprar", assinalou.

Outro fator de concorrência para os shoppings é o avanço do comércio eletrônico, cujas entregas estão mais rápidas e com cobertura em mais localidades do País. "Antes as pessoas pegavam o carro para ir ao shopping, mas hoje podem comprar certos itens pela internet", admitiu.

Por outro lado, os shoppings se aperfeiçoaram, indo além das compras, e reunindo também opções de lazer, alimentação,

serviços e lazer. Operações como academias, clínicas médicas, centros de estética, por exemplo, estão mais comuns.

O tempo médio de permanência dos visitantes nos shoppings subiu para 80 minutos, um recorde. A média dos últimos anos estava próxima de 73 minutos, enquanto na pandemia ficou abaixo de 30 minutos.

Em meio a esse conjunto de fatores, Humai disse que o crescimento de 1,2% das vendas em 2025 foi positivo. "O crescimento poderia ter sido maior que 1,2%, mas o ano foi confuso. O juro foi muito alto no ano passado, pode ter tirado um pouco do afã dos lojistas em crescer. Mas contamos com o aumento do emprego e da massa salarial, o que ajudou as vendas".

O presidente da Abrasce notou ainda que os 81 shoppings inaugurados desde 2020 - quando atravessaram a pandemia - ainda estão em fase de amadurecimento, com atração de consumidores e lojas. Portanto, com vendas abaixo do potencial. "Isso puxa a média de vendas do setor para baixo, mas tende a mudar quando eles amadurecerem."



DIVULGAÇÃO ABRASCE

R\$ 2,5 BILHÕES

Bancos firmam acordos com União e encerram disputas tributárias

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) firmou acordos nas últimas semanas com o Itaú, Santander e Citibank, que encerraram disputas judiciais com o governo, quitando dívidas de R\$ 2,5 bilhões. As negociações foram firmadas no âmbito do Programa de Transação Integral (PTI), que tem o objetivo de reduzir as disputas tributárias entre empresas e União. Além disso, é uma das apostas da equipe econômica para arrecadar receitas

extraordinárias e atingir a meta fiscal.

O acordo firmado com o Santander quitou uma dívida de R\$ 1,5 bilhão, enquanto a transação com o Citibank extinguiu um débito de cerca de R\$ 500 milhões. Nos dois casos, os débitos eram referentes à cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta em 2007.

O Itaú negociou cerca de R\$ 1 bilhão em dívidas que envolviam PIS/Cofins sobre receitas financeiras, Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social so-

bre o Lucro Líquido (CSLL).

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais também regularizou uma dívida de mais de R\$ 200 milhões referente à incidência de PIS e Cofins sobre receitas financeiras.

Ao todo, foram negociados R\$ 3,3 bilhões com grandes instituições financeiras. O valor se refere ao total das dívidas, e não ao montante pago à União. Os descontos oferecidos pela PGFN variam entre 10% e 30%. No caso do Itaú, o desconto foi de 10%.

Entre janeiro e setembro de

2025, a PGFN recuperou R\$ 44,9 bilhões em dívidas. Desse total, mais da metade foi fruto de transações, segundo o órgão.

"Nos acordos já celebrados, os descontos variaram entre 10% e 30%, de acordo com a temporalidade e a situação específica de cada processo judicial, com pagamento à vista do saldo remanescente, garantindo à União recuperar valores expressivos que poderiam demorar anos para serem recolhidos", explica a coordenadora-geral de Negociações da PGFN, Mariana Lellis Vieira.

SINDICOM

Decisão do STJ sobre liminares reforça obrigação das metas do RenovaBio

LEANDRO SILVEIRA/AE

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que suspendeu liminares favoráveis a distribuidoras de combustíveis inadimplentes com metas de aquisição de Créditos de Descarbonização (CBios) do RenovaBio reforça a necessidade de cumprimento das obrigações ambientais do setor, afirmou o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), Mozart Rodrigues Filho, em nota enviada ao *Broadcast Agro*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Para o executivo, o entendimento do tribunal consolida o papel das metas como instrumento central da polí-

tica climática brasileira.

"A decisão do STJ reforça um princípio essencial da política climática brasileira: não existe transição energética sem responsabilidade ambiental efetiva", disse Rodrigues Filho. Segundo ele, o RenovaBio foi estruturado para garantir que agentes com maior emissão de gases de efeito estufa contribuam proporcionalmente para a redução das emissões. "Qualquer tentativa de relativizar esse compromisso enfraquece uma política pública estruturante e transfere para a sociedade o custo ambiental das emissões", afirmou.

O ministro Luis Felipe Salomão atendeu ao pedido da União e determinou a suspensão dos efeitos de liminares con-

cedidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que haviam autorizado distribuidoras a alterar metas compulsórias anuais definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Em alguns casos, as decisões permitiam que empresas depositassem valores calculados unilateralmente para aquisição de CBios e evitassem sanções, como o bloqueio da comercialização de combustíveis.

Com a decisão, as liminares permanecem suspensas até o julgamento das eventuais apelações no tribunal de origem ou até o trânsito em julgado das ações. Para o representante do Sindicom, o cumprimento das metas vai além de uma exigência regulatória. "Cumprir as me-

tas de descarbonização é uma obrigação legal, econômica e moral", declarou.

O RenovaBio estabelece metas anuais de descarbonização para distribuidoras de combustíveis, que devem adquirir CBios, títulos negociados em bolsa que representam a redução certificada de emissões na cadeia de biocombustíveis, como forma de compensar suas emissões e estimular a produção de energia renovável no país.

A planta prevê grande grau de automação, inclusive com movimentações internas sendo realizadas por robôs móveis autônomos.

O financiamento engloba também um laboratório de testes e desenvolvimento.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

BNDES libera R\$ 280 mi para fábrica de bateria

BRUNO DE FREITAS
MOURA/A BRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o empréstimo de R\$ 280 milhões para a multinacional brasileira WEG construir a maior fábrica do Brasil de sistemas de armazenamento de energia em bateria, tecnologia conhecida como Bess, da sigla em inglês Battery Energy Storage System.

A fábrica ficará em Itajaí, Santa Catarina, e deve criar 90 postos de trabalho. De acordo com comunicados da empresa e do BNDES, as obras começarão “em breve” e têm conclusão prevista para o segundo semestre de 2027.

O Bess é considerado estratégico para a transição energética por permitir mais eficiência no aproveitamento de energia vinda de fontes renováveis intermitentes, como a eólica e solar, uma vez que o sol e o vento dependem das condições atmosféricas.

Esses sistemas de armazenamento de energia em bateria servem para guardar energia elétrica e liberá-la quando necessário. Dessa forma, ajudam a estabilizar as redes elétricas.

CURTAILMENT

Um dos atributos do sistema é reduzir perdas associadas ao chamado *curtailment*, redução ou interrupção forçada na geração de energia limpa, determinada pelo Operador Nacional do Sistema

Elétrico, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O governo trabalha com a ideia de Leilão de Reserva de Capacidade, quando empresas poderão fornecer Bess ao sistema elétrico. Uma consulta pública foi aberta no fim de janeiro e está prevista para terminar no próximo dia 11.

FOMENTO

O empréstimo à WEG faz parte do programa BNDES Mais Inovação, que direciona recursos para iniciativas voltadas à inovação e digitalização.

A WEG, especializada em equipamentos eletroeletrônicos, como motores, geradores e transformadores, obteve acesso ao re-

curso por meio de um edital específico direcionado à transformação de minerais estratégicos para transição energética e descarbonização.

Na fabricação do Bess há aproveitamento do lítio, um mineral estratégico, tido como protagonista na transição energética.

Apesar de ter havido a aprovação do financiamento, a operação ainda não foi contratada, de forma não ser possível informar o custo do empréstimo.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A nova fábrica ampliará a capacidade produtiva da WEG para até 2 gigawatt-hora (GWh), equivalente a 400 sistemas de 5 megawatt-hora (MWh), unidades de energia.

TÔ DE OLHO

Combustíveis: operação faz 46 interdições e 34 autuações no 1º dia

DENISE LUNA/AE

O primeiro dia da Operação Tô de Olho - Abastecimento Seguro, na terça-feira passada, vistoriou 53 postos de combustíveis e registrou 214 irregularidades, informaram o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a força-tarefa mira fraudes na quantidade e na qualidade do combustível entregue ao consumidor

Técnicos do Inmetro verificaram 909 bicos de abastecimento. Ao todo, 195 foram reprovados por fornecer volume inferior ao indicado ou por falhas de segurança, o que levou a

46 interdições, 34 autuações e 16 apreensões de equipamentos.

Paralelamente, a ANP realizou 243 testes de qualidade em 43 postos e lavrou 19 autos de infração por desconformidade com os parâmetros legais, além de determinar uma interdição cautelar e uma apreensão.

A operação integra órgãos reguladores, fiscais e de defesa do consumidor para ampliar a vigilância de mercado.

Pela manhã, o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, acompanhou vistoria em um posto de Brasília, ao lado do secretário de Competitividade e Política Regulatória, Pedro Ivo Sebba Ramalho, do presidente em exercício do Inmetro, João Nery, e do superintendente de Fiscalização do Abastecimento da ANP, Julio Cesar Candia Nishida.

AGÊNCIAS

TCU avalia obrigar governo a explicar bloqueio de verbas

RENAN MONTEIRO
E LUIZ ARAÚJO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) está avaliando a possibilidade de obrigar que governo federal realize uma fundamentação robusta antes de eventual contingenciamento (congelamento) de recursos orçamentários das agências reguladoras.

Uma auditoria sobre o tema foi discutida na reunião desta quarta-feira, mas ainda não houve conclusão da discussão em plenário sobre o processo.

O presidente da Corte de

Contas, Vital do Rêgo, afirmou que o Tribunal não busca "blindar" as agências em caso de limitação de empenhos e movimentações financeiras.

A finalidade, conforme a argumentação, seria garantir previsibilidade e transparência para os recursos das agências. Para ele, a autonomia financeira desses órgãos não pode ser "letra morta".

No ano passado, o Congresso buscou preservar o orçamento das agências reguladoras em caso bloqueio ou contingenciamento de recursos.

RECURSOS

Governo vai triplicar incentivo fiscal para ajudar indústria química

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (**foto**), anunciou que o governo federal pretende elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano.

Segundo Alckmin, a medida será formalizada na próxima semana, por meio de uma Medida Provisória (MP) e de um projeto de lei complementar que o Palácio do Planalto encaminhará ao Congresso Nacional, em regime de urgência.

“Na próxima semana, o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) deve fazer dois atos importantes para fortalecer a indústria química e garantir o emprego”, anunciou Alckmin ao se reunir com representantes do setor, sindicalistas e políticos, na tarde de terça-feira passada, em Brasília.

“Com isso, o regime, que já tem R\$ 1 bi previstos no orçamento deste ano, passará para R\$ 3 bilhões”, acrescentou Alckmin, referindo-se ao programa de incentivo fiscal criado para reduzir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas de tributos federais como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o PIS/Pasep (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

“(O fortalecimento do Reiq) é importante, pois estimula a manutenção dos empregos, o crescimento e a competitividade da

indústria química”, destacou o ministro, assegurando que o objetivo da medida é estimular investimentos e impulsionar a competitividade nacional no setor, considerado estratégico.

A ampliação dos incentivos fiscais é uma primeira resposta às súplicas de lideranças industriais, políticas e sindicais de regiões industriais, como Cubatão, na Baixada Santista, em São Paulo. Conforme a Agência Brasil noticiou, em meados de janeiro, o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), tornou público que pediria ajuda ao governo federal para tentar conter o esvaziamento daquele que já foi um dos mais importantes polos industriais do país. O pedido foi feito após duas fábricas que operavam na cidade há décadas encerrarem parte de suas operações locais.

Para a Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim), a perda de protagonismo de um polo industrial da relevância de Cubatão “acendeu um alerta sobre o risco de desestruturação permanente da base industrial do setor”.

De acordo com a entidade, o compromisso federal de reforçar o regime da indústria química ocorre em meio a um cenário crítico para o setor, que opera com ociosidade média superior a 35%; enfrenta o crescimento acelerado



das importações, a perda de participação no mercado interno e a pressão decorrente dos custos de produção (energia, matérias-primas etc), considerados elevados quando comparados com os dos concorrentes.

Presente à reunião desta terça-feira, o prefeito de Cubatão relatou à equipe ministerial os efeitos do fechamento de fábricas para os cofres públicos municipais, como a perda de arrecadação e o fechamento de vagas de emprego formal e qualificado. Mais tarde, nas redes sociais, o prefeito festejou a promessa de fortalecimento do Reiq, classificando-a como uma “vitória”.

“Desta forma, garantiremos que não haverá mais demissões no futuro, porque haverá investimentos”, disse o prefeito.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Na avaliação da Abiquim, medidas emergenciais e transitórias representam um “passo relevante na tentativa de evitar uma perda estrutural para a indústria química nacional”, mas demandarão outras ações, como a efetiva implementação do Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq), sancionado no fim do ano passado.

“O Presiq garantirá incentivos de R\$ 3 bilhões por ano para o setor, por cinco anos, a partir do ano

que vem, mas estávamos com um 'gap' neste ano de 2026”, afirmou o presidente-executivo da Abiquim, André Passos Cordeiro, destacando que os efeitos econômicos do Presiq só seriam sentidos a partir de 2027.

“Mas o vice-presidente foi muito compreensivo com as dificuldades do setor e impactos para o país e se comprometeu com os mesmos R\$ 3 bilhões de incentivos para a indústria química ainda este ano”, concluiu, resumindo a importância do alívio tributário que o aporte federal ao Reiq dará às indústrias.

DEFESA

Ainda durante a reunião desta terça-feira, Alckmin destacou que o governo federal vem intensificando as ações de defesa comercial. Segundo ele, há atualmente 17 processos de investigação de *dumping* em curso.

O chamado *dumping* é quando uma empresa estrangeira e um país exportam seus produtos por preços inferiores ao custo de produção, com o objetivo de quebrar os concorrentes locais. As ações *antidumping* buscam coibir a entrada destes produtos estrangeiros em território nacional, de forma a proteger os fabricantes locais.

“Estamos trabalhando para a defesa comercial. Não podemos aceitar *dumping*”, alegou Alckmin, assegurando que as medidas de proteção seguem as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e fazem parte de uma estratégia para garantir o crescimento estrutural do setor industrial no país.

L&L Zorzi Construtora e Incorporadora Ltda.
CNPJ/MF 26.478.151/0001-43 - NIRE 33.1.0573006-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **L&L Zorzi Construtora e Incorporadora Ltda.** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma online via *teams*, às 13h em 1ª convocação ou às 13h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affectio societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso; (ii) a nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (iii) a fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (iv) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião via *Teams* deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.133/2025

A Pregoeira DEBORA SCHMUTZLER ABRAHAO convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.133/2025 no dia 23/02/2026 às 11h00min. – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial, realização de monitoramento CFTV e de pessoal, com vigilância desarmada, para atender ao Instituto Nacional de Cardiologia. Processo nº. 33409.005451/2025-66. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CLUBE NÁUTICO SÍTIO BOM
SITUADO NA RODOVIA RIO SANTOS. KM 442, MANGARATIBA/RJ
CNPJ 01.028.655/0001-30
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
À SER REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2026.
Conforme determina o Art. 41 do Estatuto do Clube Náutico Sítio Bom e por solicitação do Presidente Sr. João Claudio Nogueira de Carvalho Júnior, convocamos os senhores sócios-proprietários para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a ser realizada no dia **28/02/2026 (vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e seis)**, na Arena de Eventos do Clube, às 09h30 com quórum legal e às 10h00 com qualquer número de sócios-proprietários presentes aptos, a fim de serem discutidos e deliberados os seguintes assuntos: 1. Prestação e aprovação das contas de 23/02/2025 a 27/02/2026 com o parecer do Conselho Fiscal; 2. Retrospectivas dos trabalhos realizados; 3. Eleição de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretoria (Social, Sede, Esportes, Náutica), e Conselho Fiscal (3 Efetivos e 3 Suplentes) para Mandato até fevereiro de 2027; 4. Aprovação do orçamento anual fixando os respectivos reajustes: 4.1 Mensalidade; Títulos; Transferência de títulos e joia náuticas; Taxa de ocupação de vaga náuticas; Guinchadas; Taxa convidado adicional, Taxa adesão temporária; Taxa convidados; Taxa uso arena social; Fundo de Reserva; Fundo de Obras; 5. Assuntos Gerais; **Legislação Pertinente: Conforme Art. 654 do Código Civil, § 1º e § 2º** os proprietários que não puderem comparecer, poderão se fazer representar por procuradores devidamente credenciados de acordo com as formalidades legais, com reconhecimento por semelhança do outorgante em cartório ou certificado digital. O Sócio que estiver em débito no pagamento das taxas do clube não terá direito a voto. **Candidatura:** De acordo com a **AGO de 27/02/2021**, os candidatos interessados em participar da eleição, deverão apresentar candidatura com até 15 dias de antecedência da **AGO**. Contando com a presença de todos, pois a omissão implica na concordância com as decisões dos presentes.
Mangaratiba, 06 de fevereiro de 2026
Presidente

Alla Participações e Administração de Bens Ltda.
CNPJ/MF 29.401.295/0001-90 - NIRE 33.2.1047887-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **Alla Participações e Administração de Bens Ltda.** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma online, via *Teams*, às 11h em 1ª convocação ou às 11h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25; (ii) apuração de desvios de recursos da Sociedade; (iii) aprovação da proposição de eventual ação de responsabilidade, bem como exclusão de V.Sa. do quadro societário por falta grave; (iv) dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affectio societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso; (v) a nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (vi) fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (vii) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião via *teams* deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

Atitude Viagens e Turismo Ltda.
CNPJ/MF 23.836.070/0001-80 - NIRE 33.2.1009465-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **Atitude Viagens e Turismo Ltda.** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma online, via plataforma *Teams*, às 12h em 1ª convocação ou às 12h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25; (ii) a apuração de desvios de recursos da Sociedade; (iii) aprovação da proposição de eventual ação de responsabilidade, bem como exclusão de V.Sa. do quadro societário por falta grave; (iv) a dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affectio societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso entre os sócios e do pedido de demissão em massa dos funcionários; (v) nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (vi) fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (vii) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião via *teams* deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

Hospital Federal dos Servidores do Estado

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2025

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90054/2025 no dia 23/02/2026 às 11h00min. – Objeto: Aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia, incluindo entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de uso. Processo nº 33433.043065/2025-75. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Call Negócios e Serviços Ltda. EPP
CNPJ/MF 11.004.383/0001-92 - NIRE 33.2.0951459-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **Call Negócios e Serviços Ltda. EPP** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma de forma online, via *Teams*, às 10h em 1ª convocação ou às 10h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração do exercício social encerrado em 31/12/25; (ii) encerramento de contratos atualmente vigentes, em decorrência da ausência de receitas; (iii) regularização do certificado digital da Sociedade para cumprimento das obrigações; (iv) apuração de desvios de recursos da Sociedade; (v) aprovação da proposição de eventual ação de responsabilidade, bem como exclusão de V.Sa. do quadro societário por falta grave; (vi) dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affectio societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso; (vii) nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (viii) fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (ix) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

PCC

Presos PMs suspeitos de dar segurança a dono da Transwolff

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A Corregedoria da Polícia Militar prendeu nesta quarta-feira, pelo menos três PMs acusados de fazer a segurança para o dono da empresa de ônibus Transwolff, acusado de ligação com Primeiro Comando da Capital (PCC). Como as identidades dos envolvidos não foram reveladas, as defesas não foram localizadas e o espaço permanece aberto.

No total, foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão e outros três de prisão contra os investigados, segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

A operação decorre de investigação instaurada após o compartilhamento de provas reunidas em um processo que apura crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores, em trâmite na 2ª Vara de Crimes Tributários e Organização Criminosa da Capital.

Segundo a SSP, os policiais militares teriam atuado na segurança pessoal e patrimonial do dono da Transwolff, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, apontado como integran-

te da facção criminosa e alvo da Operação Fim da Linha.

"A análise do material apontou participação direta de policiais militares na gerência e na execução da segurança das empresas", esclareceu a SSP se referindo a Transwolff e a UPBus, investigadas nos anos de 2020 e 2024 por envolvimento com o PCC.

As empresas teriam sido responsáveis por "lavar recursos ilícitos de uma facção criminosa envolvida em crimes como tráfico de drogas, roubos e outros", afirmou a SSP.

As concessionárias de transporte público eram responsáveis pelo deslocamento diário de milhões de passageiros na capital paulista e, até então, as atividades irregulares passavam despercebidas.

As informações surgiram a partir dos desdobramentos da Operação Fim da Linha, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo, por meio do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), em conjunto com a Polícia Militar, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Receita Federal.

PROJETOS HURBANOS

SP anuncia pacote de R\$ 6,4 bilhões para 37 mil novas moradias

O governador Tarcísio de Freitas anunciou ontem um pacote de investimentos habitacionais de R\$ 6,4 bilhões para 37 mil novas moradias em todas as regiões do estado. A iniciativa reúne diversas frentes do Casa Paulista, maior programa habitacional da história de São Paulo, com autorizações para início imediato de novas construções, obras em parceria com prefeituras, melhorias habitacionais e projetos estruturantes integrados a eixos ferroviários.

"A gente está chegando em todos os lugares do estado. A gente está preocupado em dar dignidade e fazer a diferença. Com 81 mil residências entregues em três anos, é como se a gente estivesse entregando mais de 70 habitações todos os dias. É isso o que está acontecendo aqui com o Casa Paulista. É o maior programa de moradia da história do estado de São Paulo. Isso é realizar sonhos e isso não tem preço", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

No conjunto de ações imediatas, o governador autorizou R\$ 1,9 bilhão para construir 10.050 novas moradias em 146 municípios, por meio da produção direta pela CDHU e da modalidade Carta de Crédito Associativa (CCA).

Pela produção da CDHU, o Estado licita e constrói moradias destinadas prioritariamente às famílias de menor renda. Já a CCA é voltada para o financiamento estadual de imóveis do setor privado, sem cobrança de ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e de registro em cartório, com pagamento da parcela inicial somente após 30 dias da entrega das chaves. Outras 23 mil moradias serão construídas a longo prazo em 10 municípios na Grande São Paulo e região de Campinas.

O pacote inclui convênios com nove municípios pelas modalidades Casa Paulista – Preço Social e Casa Paulista – CCI Municípios. O Preço Social viabiliza casa própria para famílias de baixa renda em terrenos públicos, com valores abaixo do mercado. Já o Casa Paulista – CCI Municípios for-

talege a atuação das prefeituras no fomento local ao somar subsídios municipais às Cartas de Crédito Imobiliárias do Estado, aplicadas a fundo perdido para atendimento a famílias com renda de até três salários mínimos. Os subsídios vão de R\$ 10 mil a R\$ 16 mil, dependendo da cidade em que está localizado o imóvel.

O Governo de São Paulo também autorizou convênios com 120 municípios pelo programa Bairro Paulista – Cidades Sustentáveis, com investimento estimado de R\$ 72 milhões. As prefeituras apresentaram propostas de intervenções urbanas em infraestrutura verde, requalificação de espaços públicos, áreas de lazer e melhorias em mobilidade, com foco na qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável.

"Esse é o espírito da nossa secretaria e do Governo de São Paulo. Nosso interesse é entregar unidade habitacional para as pessoas que mais precisam. E as pessoas que mais precisam estão nos municípios, por isso é tão importante a nossa parceria com prefeitas e prefeitos. Habitação é chegar na ponta, é conseguir fazer a entrega e colocar as famílias em uma situação muito melhor", disse o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

CENTRALIDADES

Além das ações de curto prazo, o Governo de São Paulo apresentou o projeto Novas Centralidades. O investimento é estimado em R\$ 4,3 bilhões para 23 mil moradias em 14 localidades de 10 municípios nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas.

O projeto estruturante integra políticas habitacionais em cidades da Grande São Paulo e região de Campinas a áreas de interesse do SuperAção SP – programa estadual para apoio a 105 mil famílias em situação de vulnerabilidade com atendimento individualizado e capacitação profissional – e de linhas ferroviárias já existentes ou em desenvolvimento, como o Trem Intercidades Eixo Norte.

VIGILÂNCIA

Smart Sampa gera prisões indevidas, mostra pesquisa

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Uma pesquisa elaborada pelo Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN), o Instituto de Referência Negra Peregum e a Rede Liberdade aponta problemas no sistema de vigilância da prefeitura de São Paulo, o Smart Sampa. De acordo com a nota técnica *Smart Sampa: Transparência para quem? Transparência de quê?*, o sistema apresenta resultados questionáveis e fragilidades estruturais.

A partir do Relatório de Transparência da prefeitura, divulgado em junho de 2025, e com informações obtidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI), as entidades concluíram que o sistema de videomonitoramento e reconhecimento facial do município tem gerado falsos positivos, prisões indevidas e riscos à privacidade, sem resultados concretos para a segurança pública.

"Quanto mais se aprofunda a avaliação sobre o Smart Sampa, mais se questiona a razão de sua existência. É preciso indagar se o alto gasto público destinado ao programa tem produzido resultados concretos, diante dos riscos impostos a direitos fundamentais", afirmou Pedro Diogo, coordenador do LAPIN no Grupo de Trabalho sobre Vigilância.

Desde 2023, o Smart Sampa opera com até 40 mil câmeras e um custo mensal de R\$ 9,8 milhões. De acordo com a análise, falta ainda transparência na gestão de dados e nos números ofi-

ciais, além de inconsistências na operação do sistema.

"O Smart Sampa aprofunda desigualdades raciais e geográficas, reforçando um modelo de segurança pública que criminaliza determinados corpos e territórios", avaliou Beatriz Lourenço, diretora de Áreas e Estratégia do Instituto de Referência Negra Peregum.

De acordo com os dados do relatório, o sistema registrou 1.246 abordagens desde o início da operação, resultando em 1.153 prisões, das quais 540 foram classificadas pela própria prefeitura como "outros", sem detalhamento da motivação.

CRIMES

Os tipos penais mais frequentes foram roubo (153), tráfico de drogas (137) e furto (17). Segundo a análise, os números reforçam "o caráter patrimonialista e a adesão à política criminal baseada na falida 'guerra às drogas' - cujo alvo histórico é a população negra."

A partir de informações obtidas por pedido da Lei de Acesso à Informação (LAI), identificou-se que mais de 90% do que foi categorizado como "outros" eram prisões por pensão alimentícia.

Para as entidades, o fato de os mandados relacionados à pensão alimentícia estarem entre os principais crimes evidencia que parte das prisões não têm relação com a segurança pública. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública apontam registros recordes de feminicídios e alta de homicídios e de estupros, entre 2024

DISPUTA ELEITORAL

Aliado de Eduardo defende candidato do PL contra Tarcísio

VANESSA ARAUJO/AE

O deputado estadual de São Paulo Gil Diniz (PL) (**foto**) ironizou n terça-feira passada, no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e afirmou que o PL deveria ter candidato próprio ao Palácio dos Bandeirantes.

Na semana passada, após visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio afirmou que a avaliação do aliado é que outras candidaturas da direita vão reforçar a disputa contra presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Essa mesma lógica vale para o governo de São Paulo? Porque se vale para o governo de São Paulo, vale a pena o Partido Liberal ter um candidato também, porque ajuda a chapa de (deputado) estadual, ajuda a chapa de (deputado) federal. O Partido Liberal é o maior partido do Estado de São Paulo e o maior partido do Brasil", disse Gil Diniz no plenário. Tarcísio deve concorrer à reeleição.

Cotado para disputar uma vaga no Senado, ele é aliado do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e adotou Bolsonaro como sobrenome político, como consta no site da Alesp.

A declaração de Gil ocorre no mesmo momento em que o presidente nacional do PL, Valde-



DIVULGAÇÃO

mar Costa Neto, tem defendido o nome do presidente da Alesp, deputado André do Prado, como vice na chapa encabeçada por Tarcísio na disputa pelo Bandeirantes.

Já como Gil Diniz Bolsonaro, o parlamentar negou que a inclusão do sobrenome tenha caráter eleitoral. "Não tenho problema nenhum em colocar no meu nome parlamentar o nome do presidente Bolsonaro. Não é uma maneira politiqueira de fazer uso indevido do nome do presidente, mas de marcar posição: aqui, sim, nós defendemos o presidente Bolsonaro e sua família. Com o nome ou sem o nome, isso não define se somos bolsonaristas", afirmou.

O embate entre Gil Diniz e Tarcísio não é algo novo. Como

e 2025, na capital paulista.

De acordo com os dados, predominam prisões de pessoas de gênero masculino (93,58%), sem menção a pessoas trans. As entidades afirmam ainda que o perfil das pessoas presas reflete o viés racial e territorial do sistema, já que 25% são negras (18,49% pardas e 6,60% pretas) e 16,01% são brancas, enquanto 58,9% dos registros não trazem qualquer informação sobre raça. A avaliação é que essa lacuna de informação invisibiliza as desigualdades raciais no policiamento.

Segundo os dados apurados, houve também concentração geográfica das prisões no centro da cidade e em bairros periféricos, com destaque para o bairro do Brás e operações na região da Cracolândia.

"Esses dados sugerem que o Smart Sampa reforça processos históricos de segregação racial, vigilância desigual e policiamento seletivo, articulados ao racismo e às desigualdades socioeconômicas", diz trecho do documento.

A análise destaca, ainda, falhas técnicas e falsos positivos, denunciavam as entidades. O relatório indica que ao menos 23 pessoas foram conduzidas indevidamente por inconsistências no reconhecimento facial e 82 pessoas foram presas e posteriormente liberadas. Outra falha apontada na análise é sobre o uso do Smart Sampa para a localização de pessoas desaparecidas. "(A prefeitura) declara não armazenar dados pessoais, o que é incompatível com o uso de reconhecimento facial e le-

vanta dúvidas sobre quais bases de dados alimentam o sistema e como são tratadas informações de crianças e adolescentes, em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)", alertam as organizações.

OUTRO LADO

A prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, informou que dados oficiais da SSP mostram redução de roubos em geral, roubos de veículos e latrocínios no ano de 2025 na capital paulista.

"O contrato de operação tem vigência de agosto de 2023 a agosto de 2028, com investimento mensal de até R\$ 10 milhões. As câmeras são utilizadas exclusivamente para fins de segurança pública, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e apresentam índice de assertividade de 99,5%", diz nota da pasta.

A gestão municipal acrescenta que "todos os alertas gerados pelo sistema são obrigatoriamente validados por agentes humanos". "Esse rigor se reflete em um dado objetivo: não houve registro de prisões injustas ou equivocadas decorrentes de abordagens iniciadas pelo sistema, conforme relatório de transparência".

Os resultados do programa Smart Sampa, atualizados pela secretaria, são: prisão de 2.709 foragidos da Justiça, 3.650 prisões em flagrante, localização de 153 pessoas desaparecidas e o atendimento de 2.017 ocorrências envolvendo veículos.

Nota

ROUBO A CASA NO MORUMBI E TIROTEIO NA FARIA LIMA: POLÍCIA MONITORAVA PLANO DOS CRIMINOSOS

A quadrilha especializada em roubos a residências que se envolveu em um tiroteio no Morumbi, zona sul da capital paulista, que terminou com uma perseguição na Avenida Faria Lima, coração financeiro da cidade, na tarde de terça-feira passada, já era monitorada pela Polícia Civil de São Paulo. Equipes da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), acompanhavam a atuação dos criminosos, que agiam na região do

Morumbi. Com base em informações de crimes anteriores, o Deic afirma ter conseguido identificar qual seria a residência alvo do roubo. Ao chegarem ao local do crime, houve troca de tiros, que deixou três suspeitos feridos. Policiais disseram que uma vítima foi rendida e amarrada no banheiro da casa. Dois homens, apontados como os responsáveis por dar suporte ao grupo, conseguiram fugir em um Volkswagen Fox, mas foram perseguidos e alcançados pelos investigadores na Avenida Faria Lima. O delegado Clemente Calvo Castilhane Junior, chefe da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio do Deic, afirmou que um dos suspeitos atirou contra os agentes, que reagiram.

2025

RJ registra mais de R\$ 283 bilhões em investimentos

O Rio de Janeiro registrou, em 2025, um volume histórico de investimentos de capital privado, ultrapassando a marca de R\$ 283 bilhões, segundo dados da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja). O capital social total, resultante das empresas abertas ao longo do ano e das alterações contratuais que registraram aumento de recursos nos negócios, somou R\$ 283.422.333.794,24. O montante representa um crescimento de aproximadamente 181% em relação a 2024, quando o valor registrado foi de R\$ 100.857.559.322,02.

O resultado consolida 2025 como um marco na história da

economia e do empreendedorismo fluminense. No período, a Jucerja também registrou o maior número de aberturas de empresas de sua história, com 86.448 novos negócios, superando o recorde anterior, alcançado em 2024, quando foram constituídas 76.036 empresas.

Para o governador Cláudio Castro, os resultados refletem o fortalecimento do ambiente de negócios no estado, impulsionado por políticas públicas voltadas à modernização administrativa, à desburocratização e à atração de investimentos privados, com impactos diretos na geração de emprego e renda e no desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro.

“Os investimentos privados que chegam ao Rio de Janeiro são resultado direto de um ambiente de negócios mais moderno, transparente e confiável. Nosso foco tem sido criar condições para que quem empreende encontre segurança jurídica, agilidade e diálogo com o poder público. Isso se reflete em mais oportunidades, mais empregos e renda, e um desenvolvimento econômico que impacta positivamente a vida da população fluminense, com responsabilidade e visão de longo prazo”, destaca o governador Cláudio Castro.

O presidente da Jucerja, Sergio Romy, reforça que o crescimento expressivo do capital privado investido demonstra a

confiança do empresariado no ambiente de negócios do Rio de Janeiro.

“Ultrapassar a marca de R\$ 283 bilhões em capital privado investido é um resultado extraordinário e evidencia a confiança do empreendedor no potencial do nosso estado. Seguindo as diretrizes do governador Cláudio Castro para facilitar a vida de quem empreende, a Jucerja tem avançado na modernização dos seus sistemas, na simplificação de procedimentos e na redução da burocracia, contribuindo diretamente para o fortalecimento do ambiente de negócios e para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro”, ressalta Romy.

DOENÇA

Brasil deve ter 781 mil novos casos de câncer por ano até 2028

ANA CRISTINA CAMPOS/A BRASIL

O Brasil deve ter 781 mil novos casos de câncer por ano entre 2026 e 2028. O câncer se aproxima das doenças cardiovasculares como principal causa de morte no país.

Os dados constam da publicação Estimativa 2026-2028: Incidência de Câncer no Brasil, do Instituto Nacional de Câncer (Inca), divulgada nesta quarta-feira (4), no Rio de Janeiro, no Dia Mundial do Câncer.

Segundo o Inca, os números refletem o envelhecimento da população, mas também desigualdades regionais e desafios persistentes no acesso à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao

tratamento rápido.

Entre os homens, os cinco tipos de câncer mais comuns são próstata (30,5%), cólon e reto (10,3%), pulmão (7,3%), estômago (5,4%) e cavidade oral (4,85%).

Entre as mulheres, predominam o câncer de mama (30%), cólon e reto (10,5%), colo do útero (7,4%), pulmão (6,4%) e tireoide (5,1%).

DESIGUALDADES

Segundo o Inca, o câncer de colo do útero está entre os mais prevalentes no norte e nordeste do país. O câncer de estômago tem maior incidência entre os homens no norte e nordeste. Tumores associados ao tabagismo (pulmão e cavidade oral)

são mais frequentes no sul e sudeste.

Para o Inca, as diferenças refletem o acesso desigual à prevenção, rastreamento e tratamento. “O Brasil é um país heterogêneo que tem a ver com urbanização e com a exposição a fatores de risco como a falta de saneamento básico. Mas estamos muito preocupados com o câncer de cólon e de reto porque vem aumentando a incidência. Tem a ver com a exposição precoce a fatores de risco, aumento da obesidade e do sedentarismo. Isso mostra que alguma coisa precisa ser feita”, disse o diretor-geral do Inca, Roberto Gil.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou que o cân-

cer de colo do útero vem diminuindo com a vacinação contra o HPV (Papilomavírus Humano).

“O mais importante é a prevenção, é combater os hábitos que levam ao câncer como tabaco, principalmente entre os mais jovens, com os dispositivos eletrônicos, o crescimento da obesidade”, afirmou o ministro.

Padilha também cumpriu outra agenda no Rio de Janeiro nesta quarta-feira que foi a adesão da Amil ao programa *Agora Tem Especialistas*, o que representará 600 cirurgias em hospitais privados que serão abertas a pacientes que estão esperando nas filas do Sistema Único de Saúde (SUS).

IRREGULARIDADE

Força-tarefa coordenada pelo Detran interdita dois ferros-velhos na Taquara

Dois ferros-velhos da Estrada do Cafundá, na Taquara, em Jacarepaguá, Zona Sudoeste do Rio, foram interditados na terça-feira passada pela força-tarefa do Governo do Estado, coordenada pelo Detran RJ, que fiscaliza o comércio de peças usadas e sucatas de automóveis no Estado do Rio. Os dois estabelecimentos não tinham credenciamento junto ao Detran RJ para funcionar como ferros-velhos. As peças de automóvel à venda não estavam com as etiquetas que permitem sua rastreabilidade.

Nos dois endereços, na localidade conhecida como Catinho, técnicos do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) detectaram potencial risco ambiental, com lançamento de poluentes no solo de terra batida. Todo o material foi apreendido e encaminhado para reciclagem em empresas cadastradas pelo Detran RJ.

O Catinho concentra muitos estabelecimentos que vendem peças e sucatas automotivas e já foram alvo de outras ações de fiscalização pela equipe da Operação Desmonte. Os dois ferros-velhos interditados funcionavam de forma precária. Os agentes encontraram carcaças e peças enferrujadas espalhadas e acumuladas no chão, sem qualquer identificação. No solo - parte dele de chão batido - havia marcas de material incinerado causando danos ao meio ambiente.

A força-tarefa tem o objetivo de acabar com o comércio ilegal de peças automotivas e levar os



GOVERNO DO ESTADO/DIVULGAÇÃO DETRAN

comerciantes do setor a agir dentro da lei. A Operação Desmonte foi criada pelo Governo do Estado em agosto de 2023. Participam das ações, além do Detran RJ, equipes das polícias Civil e Militar, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), da Secretaria de Estado de Fazenda e do Corpo de Bombeiros.

O presidente do Detran RJ, Rodrigo Coelho, avaliou a ação desta terça-feira como positiva e enfatizou a necessidade de os

comerciantes se cadastrarem no departamento, para trabalhar dentro da lei.

“Nossa missão é dar ao consumidor a segurança de que está adquirindo peças ou sucatas de automóveis de origem lícita, com etiquetas rastreáveis. O objetivo é fazer com que todos se cadastrem junto ao Detran RJ, trabalhem com material lícito e ofereçam um comércio de peças automotivas seguro e confiável”, disse Rodrigo Coelho.

Desde a criação da força-tarefa da Operação Desmonte, já foram realizadas 74 ações de fiscalização, com 150 ferros-velhos interditados. Atualmente, o Detran RJ tem 94 empresas credenciadas e 60 em processo de credenciamento. O Detran RJ já cadastrou mais de 86 mil peças automotivas, que podem ser consultadas pelos consumidores através do site do órgão (www.detran.rj.gov.br).

2026

Rio bate recorde de aprovações no Sisu e fica em 2º em ranking



GOVERNO DO ESTADO/DIVULGAÇÃO SEEDUC

O Estado do Rio de Janeiro alcançou, em 2026, o melhor desempenho de sua história no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), consolidando os avanços da educação pública na rede estadual. Pelo segundo ano consecutivo, o Rio ocupa o segundo lugar no ranking nacional de aprovações, com 30.533 estudantes classificados em universidades públicas, número quase 9% superior ao do ano passado, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). O resultado reforça a evolução da política educacional do Governo do Estado e o fortalecimento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação voltadas à preparação dos alunos para o ingresso no ensino superior.

“Esse resultado mostra que o Rio de Janeiro está no caminho certo. O avanço do Rio no Sisu é fruto de planejamento, inovação e cuidado com os nossos estudantes. Criamos ferramentas, ampliamos o acesso à preparação para o Enem e fortalecemos a rede pública para que mais jovens possam chegar à universidade. Cada aluno aprovado no Sisu representa uma história de superação, de oportunidade e de transformação que começa dentro da sala de aula”, declarou o governador Cláudio Castro.

O estado do Rio ficou atrás apenas de Minas Gerais, que possui uma rede de ensino maior que a fluminense. O desempenho é atribuído a um conjunto de iniciativas coordenadas como o projeto Enem RJ, que estruturou a preparação dos estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em 2025, o estado registrou 329.001 inscritos no Enem, entre eles mais de 68 mil concluintes da rede pública estadual, demonstrando a forte participação dos estudantes fluminenses no principal exame de acesso ao ensino superior do país.

Na avaliação da pasta, o crescimento reflete o fortalecimento de políticas voltadas à permanência escolar, ao acompanhamento pedagógico e ao incentivo à continuidade dos estudos após o ensino médio.

TECNOLOGIA

O Enem RJ apostou em uma estratégia multiplataforma que integrou tecnologia e mobilização da comunidade escolar. A iniciativa oferece simulados periódicos, testes de redação no formato oficial do Enem, correções orientadas e monitoramento contínuo do desempenho dos alunos.

As redações passaram a ser corrigidas com apoio de inteligência artificial, garantindo feedback rápido e acompanhamento da evolução dos estudantes. Somente em 2025, a plataforma alcançou a marca de mais de 1,3 milhão de redações corrigidas.

“O simulado do Enem RJ foi fundamental para a minha aprovação. Ele me mostrou onde eu precisava melhorar, onde minhas notas estavam boas e onde não estavam. Assim, consegui chegar mais perto do que eu queria, que era a vaga em Produção Cultural na UFF”, afirmou Manoela Nonaka, 18 anos, ex-aluna do Ciep 449”, Governador Leonel de Moura Brizola, em Niterói.

EPIDEMIA

Casos de sarampo crescem 32 vezes nas Américas, revela OMS

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O aumento de quase 23 vezes no número de casos de sarampo nas Américas na passagem de 2024 para 2025 fez a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS), emitir um alerta para países da região.

Em 2025, o continente identificou 14.891 registros da doença, um salto em relação aos 446 casos do ano anterior. Foram 29 mortes em 2025.

Já em 2026, a comparação mostra crescimento ainda maior. Em janeiro, dados parciais da Opas apontam 1.031 casos, número quase 45 vezes superior aos 23 do mesmo período de 2025. Não há confirmação de morte.

Tanto nos dados de 2025 e 2026, a grande concentração de casos está na América do Norte. Em 2025, México (6.428), Canadá (5.436) e Estados Unidos (2.242) somam quase 95% dos casos (14.106).

Em 2026, as três nações representam 948 registros, 92%

das notificações no continente. O alerta da Opas detalha que a grande maioria dos casos acontece com pessoas sem histórico de vacinação contra a doença.

Nos Estados Unidos, 93% das pessoas que contraíram a doença não estavam vacinados ou apresentavam histórico vacinal desconhecido. No México, eram 91,2%; já no Canadá, 89% dos casos.

A Opas considera que “o aumento acentuado dos casos de sarampo na região das Américas durante 2025 e no início de 2026 constitui um sinal de alerta que requer uma ação imediata e coordenada por parte dos Estados Membros”.

Em novembro passado, a Opas já tinha retirado do continente o certificado de região livre de transmissão do sarampo.

BRASIL LIVRE

O Brasil somou 38 notificações em 2025, sendo praticamente todos (36) sem histórico de vacinação. Em 2024, foram quatro registros. Em 2026, não há caso reconhecido.

Apoio a Lula

União Brasil coloca aliado de Pacheco no comando em Minas

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O deputado federal Rodrigo de Castro assumirá o comando do União Brasil em Minas Gerais, movimento que abre as portas para a filiação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ao partido. Nos bastidores, aliados do senador dão a mudança de partido como certa e afirmam que a costura foi apadrinhada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

A troca no comando do União foi comunicada pelo presidente nacional, Antonio Rueda, a integrantes do partido no Estado. A informação foi publicada pelo site *O Fator* e confirmada pelo Estadão. O presidente anterior era o deputado federal Marcelo Freitas (União-MG), mais alinhado com pautas bolsonaristas.

Como mostrou o Grupo Estado, Pacheco já tinha decidido que deixaria o PSD e aguardava uma sinalização concreta do União Brasil ou do MDB, outro possível destino.

Pacheco é o nome preferido de Lula (PT) para ser candidato a governador e o palanque do presidente no Estado, mas até o momento demonstra resistência em disputar a eleição. Integrantes do PT em Minas admitem que, sem Pacheco, há falta de nomes competitivos para uma aliança com Lula no Estado. Uma alternativa é o ex-prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PDT).

A mudança no comando do União Brasil foi lida nos bastidores da política mineira como um sinal de que Pacheco pode mudar de ideia e topar a candidatura.

Aliados dele, no entanto, pregam cautela. A leitura é que não havia como Pacheco tomar uma decisão antes de ter um partido para concorrer. Com esse obstáculo superado, a avaliação agora passa a ser sobre a viabilidade eleitoral da candidatura.

Pacheco também trabalha para emplacar o prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião, como presidente da federação União Brasil-PP em Minas Gerais. Damião é aliado de primeira hora do ex-presidente do Senado e foi indicado pelo próprio Pacheco para a chapa que venceu a eleição municipal de 2024.

Se bem-sucedida, a articulação atrapalhará os planos do vice-governador, Mateus Simões (PSD). Candidato de Romeu Zema (Novo), Simões contava com o apoio da federação União Brasil-PP à sua candidatura. O PP em Minas é controlado pelo secretário de Governo de Zema, Marcelo Aro.

A expectativa é que uma vez confirmada a filiação de Pacheco um grupo de prefeitos aliados do senador faça o mesmo. O ex-presidente do Senado manteve influência no partido nos últimos anos pois até 2021 era o principal nome do DEM mineiro, sigla que se fundiu com o PSL para formar o União Brasil.

Um exemplo disso é que foi Pacheco que articulou a indicação de Damião como vice na chapa do então prefeito Fuad Noman na eleição municipal de Belo Horizonte em 2024. Damião assumiu o Executivo belo-horizontino após a morte de Noman no ano passado.

Abril de 2027

Julgamento da BHP em Londres por desastre de Mariana é adiado

JULIANA GARÇON/AE

A corte de Londres na qual corre o processo de atingidos pelo desastre de Mariana (MG) contra a mineradora BHP determinou o adiamento do julgamento que começaria em outubro de 2026. Com a decisão, as audiências acontecerão a partir de abril de 2027.

O desastre ocorreu em 2015, quando uma barragem operada pela Samarco, uma joint venture entre a australiana BHP e a brasileira Vale, rompeu - e os rejeitos de mineração soterraram o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. O rio Doce foi contaminado e 19 pessoas morreram.

Essas audiências vão abarcar a comprovação e quantificação dos prejuízos provocados pelo desastre. O escritório dos atingidos, Pogust Goodhead (PG), havia pedido que as audiências comesçassem em janeiro. A BHP pediu que fossem adiadas até julho.

Em nota, a BHP disse que "entende que o novo cronograma sugerido pelo escritório inglês é impraticável e, por isso, propôs uma nova data que permita acomodar um novo cronograma e um período de julgamento mais realista (e condizentes com a complexidade do caso)". Os pedidos foram feitos antes da audiência preparatória desta quarta-feira, 4.

Além disso, os advogados dos atingidos confirmaram que aqueles que receberam pagamento de indenização no Brasil, com quitação integral, deverão ser excluídos do processo no Reino Unido.

A BHP estimou que aproximadamente 240 mil autores no processo inglês - ou 40% do total - se enquadrem nessa categoria. Isso reduziria o número de autores de 620 mil para 380 mil. Procurado, o PG não informou suas expectativas.

A exclusão da ação de autores beneficiados no Brasil se dá porque a Corte Inglesa, na decisão sobre a responsabilidade da BHP proferida em novembro de 2025, reconheceu os programas de indenização implementados no Brasil desde 2015 e confirmou a validade das quitações assinadas pelas pessoas impactadas pelo rompimento da barragem.

"As partes continuam discutindo os detalhes do procedimento formal para a exclusão desses autores. Esse tema poderá, inclusive, ser tratado na audiência de hoje ou desta semana. Isso reforça, mais uma vez, a importância do trabalho realizado ao longo dos últimos dez anos no Brasil", disse a BHP em nota.

"A Samarco, com o apoio da BHP Brasil e da Vale, continua a implementar o Novo Acordo do Rio Doce firmado com as autoridades brasileiras em outubro de 2024, que assegurou um valor de R\$ 170 bilhões. No total, mais de 610.000 pessoas já receberam compensação e auxílio financeiro desde o rompimento da barragem"

A mineradora afirmou que, em paralelo, apresentará recurso perante a Corte de Apelação contra o julgamento de responsabilidade, cuja sentença foi anunciada em 14 de novembro.

Fraude financeira

Senado instala comissão para apurar fraudes do Master

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado instalou, ontem, uma subcomissão para acompanhar as investigações relacionadas aos fatos e condutas atribuídas ao Banco Master, suspeito de fraudes bilionárias no mercado financeiro.

A chamada Comissão do Bando Master terá 13 membros e será coordenada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) (**foto**), que afirmou que o caso se trata da maior fraude bancária da história brasileira.

"Diante da gravidade e da magnitude dos lesados, [esse caso] deve ser encarado de frente, doa a quem doer. Não haverá, desta Comissão do Master, nenhuma retaliação absolutamente contra ninguém. Mas saiba qualquer senador ou deputado, que, em havendo culpa, também não haverá omissão desta comissão", destacou o senador alagoano.

O colegiado foi instalado em meio a pedidos para instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) sobre o escândalo do banco liderado pelo empresário Daniel Vercaro, com fraudes que poderiam chegar a R\$ 17 bilhões.

Ditadura

STF marca julgamento que vai definir alcance da Lei de Anistia

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 13 de fevereiro o início do julgamento que vai decidir se a Lei de Anistia pode ser aplicada em casos de ocultação de cadáver ocorridos durante a ditadura militar. O caso será julgado pelo plenário virtual da Corte.

A Corte vai decidir o alcance da lei, que anistiou os crimes co-



LULA MARQUES/ABRASIL

metidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"Conforme entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o desaparecimento forçado deve ser tratado como crime permanente, ou seja, não pode ser alvo de anistia".

Com base nesse entendimento, o STF vai decidir se Lei de Anistia, que extinguiu a punibilidade de crimes ocorridos antes

nado Federal fiscalizar o sistema financeiro", disse Renan a jornalistas.

Poderes da Comissão

Segundo Renan, a comissão vai poder propor a quebra de sigilos bancários ou telefônico, visitar autoridades, realizar diligências e até mesmo convo-

car investigados e testemunhas.

"A Lei Complementar 105 de 2001 estabelece que a quebra de sigilo pode ser proposta por esta comissão ao plenário e, em sendo aprovada pelo plenário do Senado Federal, pode fazer-se as quebras respectivas de sigilo", disse.

de sua vigência, pode ser aplicada para evitar a punição de agentes do Estado que foram responsáveis por desaparecimentos forçados no período de exceção.

O processo que motiva a discussão trata da denúncia apresentada em 2015 pelo Ministério Público Federal (MPF) contra os militares do Exército Lício Augusto Ribeiro Maciel e Sebastião Curió Rodrigues de Moura (fale-

cido) pelas acusações de ocultação de cadáver e homicídio cometidos na Guerrilha do Araguaia.

Os ministros do STF vão julgar um recurso para derrubar a decisão de primeira instância que rejeitou a denúncia do MPF contra os militares. A decisão aplicou a decisão do STF, tomada em 2010, que validou a aplicação da Lei de Anistia de forma ampla.

Em defesa da Corte

Moraes diz que juiz pode receber por palestra e ter ações de empresas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que juízes podem receber por palestras e ter ações de empresas, desde que não atuem como sócios-dirigentes.

Durante sessão à tarde, o ministro classificou como "má-fé" críticas sobre a atuação de ministros da Corte. As declarações foram feitas durante o julgamento que discute a validade da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que restringiu o uso das redes sociais por magistrados.

Segundo o ministro, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) somente impede que o magistrado seja sócio-dirigente de empresas. Moraes disse que a magistratura é a carreira pública com mais vedações de condutas.

"O magistrado pode receber por palestras, pode ser acionista (de empresa). A Loman diz que não pode ser sócio-dirigente. Se assim não fosse, nenhum magistrado poderia ter aplicação em um banco, ações de um banco. É acionista de um banco, então não vai poder julgar ninguém do sistema financeiro", afirmou.

O ministro Dias Toffoli também concordou com Moraes. "Teria que doar sua herança a alguma entidade de caridade, se ele [juiz] tem um pai ou uma



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

mãe que é acionista de uma empresa ou fazenda. Vários magistrados são fazendeiros, são donos de empresas. Não exercendo a administração, eles têm todo direito de receber seus dividendos", completou.

Parentes

Alexandre de Moraes também disse que o Supremo não liberou a participação de membros do tribunal nos julgamentos que envolvem escritórios de advocacia de parentes. Em 2023, a Corte derrubou a alteração do

Código de Processo Civil (CPC) que ampliou o impedimento de juízes.

"O magistrado não pode ter ligação com o processo que julga. Todos os magistrados, inclusive os magistrados desta Suprema Corte, não julgam nunca nenhum caso que tem ligação", afirmou.

Código de Ética

O pronunciamento de Moraes e Toffoli sobre a conduta de juízes ocorre no momento em que o presidente da Corte, mi-

nistro Edson Fachin, discute a adoção da criação de um Código de Ética para o Supremo.

No mês passado, os ministros foram criticados pela conduta envolvendo as investigações sobre o Banco Master.

Moraes negou ter participado de um encontro com o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, no primeiro semestre de 2025, na casa do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

O suposto encontro foi noticiado pelo Portal Metrôpoles e teria ocorrido em meio ao processo de tentativa de compra do Master pelo BRB. Em nota à imprensa, Moraes classificou a reportagem como "falsa e mentirosa".

Antes da liquidação do Master pelo Banco Central, o escritório de advocacia Barci de Moraes, que pertence à família do ministro, prestou serviços ao banco de Vercaro.

No início deste mês, o ministro Dias Toffoli passou a ser criticado por permanecer na condição de relator do caso após matérias jornalísticas informarem que a Polícia Federal encontrou irregularidades em um fundo de investimento ligado ao Banco Master. O fundo comprou uma participação no resort Tayayá, localizado no Paraná, que era de propriedade de familiares do ministro.

PACTO ENTRE PODERES

Lula: luta contra feminicídio deve ser sobretudo dos homens

PAULA LABOISSIÈRE
E PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Ao assinar o decreto que institui o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem que o combate ao feminicídio e a todas as formas de violência contra a mulher deve ser responsabilidade da sociedade, mas sobretudo dos homens.

“Não basta não ser um agressor. É também preciso lutar para que não haja mais agressões. Cada homem desse país tem uma missão a cumprir”, disse, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

O pacto prevê atuações coordenadas e permanentes entre os Três Poderes, com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres no Brasil. A novidade, segundo Lula, é que, pela primeira vez, estão assumindo que a responsabilidade na luta pela defesa da mulher não é só da mulher.

“Para o movimento sindical brasileiro, estamos dizendo que este é um tema de porta de fábrica e de assembleia de trabalhadores. O que estamos dizendo para deputados e deputadas é que esse é um tema para todos os seus discursos.”

“Estamos tentando conscientizar crianças, porque é dever dos nossos professores e professoras porque é um tema que vai da creche à universidade. Esta é a possibilidade de criarmos uma nova civilização. Uma civilização na qual não é o sexo o que faz a diferença, mas o comportamento, o respeito”, completou.

Em sua fala, o presidente lembrou que o ambiente doméstico é palco constante de violência contra mulheres e de feminicídio. “[Elas] Morrem pelas mãos de atuais ou ex-maridos e ex-namorados, mas também pelas mãos de desconhecidos que cruzam o seu caminho”.

“Morrem por causa de homens que não aceitam ser chefiados por mulheres. Para esses, é preciso dizer em alto e bom som: as mulheres estão conquistando cada vez mais espaços de liderança no mercado de trabalho e vão conquistar ainda mais. Por justiça e por merecimento. Lugar da mulher é onde ela quiser estar”, concluiu.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

A cerimônia foi aberta pela primeira-dama Janja da Silva. Ela leu uma história narrada por uma mulher vítima da agressão de um namorado, espancada em público, mas que não conseguiu a ajuda de pessoas que testemunharam a agressão.

“Essa história poderia ser minha ou de qualquer mulher aqui presente”, disse a primeira-dama ao pedir que os homens também fiquem ao lado das mulheres vítimas de agressão, quando se depararem com esse tipo de situação.

“Temos todos o compromisso de tornar uma sociedade em que as mulheres podem viver em paz. Queremos vocês, homens, nessa luta, ao nosso lado”, acrescentou.

Na sequência, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, destacou que essa é uma pauta prioritária para o governo, em diferentes áreas. Ela destacou ainda a campanha estratégica lançada durante o evento que, segundo ela, será de utilidade pública para a sociedade, e que o Conselho da Federação servirá para “engajar e ter a adesão de estados e municípios nesta causa”. Criado em 2023, o colegiado é formado por representantes dos governos federal, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de promover a cooperação federativa na gestão das políticas públicas.

JUDICIÁRIO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, defendeu que as mudanças não fiquem limitadas à letra fria da lei. “É preciso agir em várias frentes para prevenir, responsabilizar e proteger [as mulheres]”, disse.

“A mudança na lei é importante, mas não é suficiente. A mudança na lei deve estar acompanhada de uma mudança de mentes e corações no Estado, na sociedade, e o mais importante: nas famílias. Essa mudança começa quando começamos a agir”, acrescentou.

Segundo Fachin, o Poder Judiciário assinou este pacto “com senso de urgência e sentimento de esperança, se comprometendo integralmente com a iniciativa”. “A verdadeira paz não nasce do medo e do silêncio, mas floresce quando há proteção, liberdade e dignidade”, concluiu.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Mota, lembrou que o Brasil fechou o ano de 2025 com uma média de quatro mulheres assassinadas por dia.

“É inconcebível que nós permitamos que esses números continuem a acontecer. Essa ação [prevista pelo pacto] é inadiável”, disse ele ao afirmar que o Legislativo atuará visando o endurecimento das leis, no sentido de punir “quem agir dessa forma, seja na violência contra mulher”.

“Conte com nossa prioridade

nessa agenda, para mudarmos essa realidade, concluiu.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que as instituições brasileiras estão unidas em propósitos como este. “O feminicídio não é apenas uma estatística, mas uma chaga aberta na sociedade brasileira”, que precisa ser tratado como problema de Estado, e não de governo.

“[O feminicídio] é o lado mais cruel de uma violência que atravessa, todos os dias, a vida de milhares. E o pacto é, antes de tudo, um compromisso entre as instituições; e uma declaração de responsabilidade do Estado brasileiro, que reafirma um de seus deveres fundamentais, ao combater o feminicídio com o máximo rigor; com prioridade absoluta; e com ação permanente”, discursou.

CASOS

Dados do sistema judiciário mostram que, em 2025, a Justiça brasileira julgou em média 42 casos de feminicídio por dia, totalizando 15.453 julgamentos – alta de 17% em relação ao ano anterior.

No mesmo período, foram concedidas 621.202 medidas protetivas, o equivalente a 70 medidas por hora, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

Já o Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher, registrou média de 425 denúncias por dia, em 2025.

profissionais.

Ontem, se tornou pública a acusação de que o ministro Marco Aurélio Buzzi teria cometido assédio sexual contra uma jovem de 18 anos. O crime teria ocorrido em 9 de janeiro, durante o recesso judiciário. Buzzi afirmou que as insinuações divulgadas não correspondem aos fatos. O caso tramita em sigilo no CNJ, para “preservar a intimidade e a integridade da vítima, além de evitar a exposição indevida e a revitimização”.

Se for aberto procedimento e Buzzi for condenado, o ministro pode sofrer sanções administrativas, que variam da advertência à aposentadoria compulsória.

o dia 15 de janeiro. Naquele mesmo dia, Moraes determinou que fosse feita uma nova avaliação por uma junta médica da Polícia Federal sobre a necessidade de prisão domiciliar, fixando um prazo de 10 dias para que o laudo fosse apresentado no processo. Antes, o ex-presidente estava detido na Superintendência da Polícia Federal, também em Brasília. No dia 20, segundo a defesa, Bolsonaro recebeu a visita da Diretoria Técnica-Científica da PF, composta por três médicos, que fizeram a perícia. “Ocorre que, transcorridos mais de 10 dias da realização da perícia, verifica-se que, até o presente momento, não foi juntado aos autos o laudo elaborado pela referida junta médica”, diz a defesa de Bolsonaro.

SENADO

Paim: não há mais razão para manter escala 6x1 e jornada de 44 horas

PEDRO RAFAEL
VILELA/ABRASIL

A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim da escala 6x1, que concede um dia de descanso a cada seis trabalhadores, parecem ter entrado de vez no radar legislativo no início de ano.

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, na última segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou o tema entre as prioridades do governo para o semestre. No mesmo dia, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu que o debate avançaria na Casa.

O senador Paulo Paim (PT-RS) (**foto**), autor de uma das propostas mais antigas em tramitação e que está pronta para ser votada no plenário do Senado, aposta que a popularidade do assunto em ano eleitoral e o aparente empenho das autoridades são a melhor oportunidade de aprovar essas conquistas trabalhistas.

“Eu acho que o momento é muito propício. Nós temos a posição do presidente Lula, que é fundamental; Ele se posicionou em 1º de maio [do ano passado] e em outras falas que ele fez, de que chegou a hora de acabar com a escala 6x1. O próprio empresário já está meio que assimilando, o setor hoteleiro, o comércio já se estão se enquadrando. Não tem mais volta, é só uma questão de tempo”, afirmou em entrevista à Agência Brasil.

DIVERSAS PROPOSTAS

Em dezembro do ano passado, na Câmara, a subcomissão especial que analisa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovou a redução gradual da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais, mas rejeitou o fim da escala 6x1.

Já no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi mais adiante e aprovou, também no início de dezembro de 2025, o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) e a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 36 horas semanais, de forma gradual. É a PEC 148/2015, de autoria de Paim, pronta para ser pautada em plenário a qualquer momento.

Ao todo, há sete proposições em tramitação no Congresso, quatro na Câmara e três no Senado. Há entre os autores de projetos similares expoentes de diferentes espectros ideológicos, como os senadores Cleitinho (Republicanos-MG), Weverton Rocha (PDT-MA) e a deputada federal Érika Hilton (PSOL-SP).

“A jornada máxima de 40 horas semanais vai beneficiar em torno de 22 milhões de trabalhadores. Se baixássemos para 36 horas, seriam 38 milhões de beneficiados. Há dados que mostram que as mulheres acumulam até 11 horas diárias de sobrejornada. Essa redução teria um impacto direto em favor das mulheres”, argumenta Paim.

O senador cita o número de 472 mil afastamentos em 2024 por transtornos mentais, segundo dados do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

“A redução da jornada melhora a saúde mental e física, a satisfação no trabalho, reduz a síndrome do esgotamento”.

No fim do ano passado, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, chegou a reunir alguns dos autores dessas propostas para tentar unificar uma estratégia comum de aprovação. E, nesta terça-feira, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), confirmou que o governo deve enviar ao Congresso, logo depois do carnaval, um projeto de lei



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

com urgência constitucional para acabar com a escala 6x1

“Não é porque a minha PEC é a mais antiga que tem que ser a minha. Se o governo quiser fazer uma concertação, pegando todos os projetos, os mais antigos e os mais novos, fazer uma nova redação e apresentar, queremos aprovar”, diz Paulo Paim.

RESISTÊNCIA

A resistência dos setores empresariais, diz ele, certamente vai ser colocar com força em contraposição ao tema, mas o debate público está mais favorável à redução da jornada.

“Aqui dentro, a resistência natural é do setor econômico, com aquele discurso velho, surrado e desgastado já. Quando se fala em aumentar o salário mínimo, dizem que vai quebrar o país, quando falam em redução de jornada, dizem que vai aumentar o desemprego, o custo da mão-de-obra. Mas quanto mais gente trabalhando, mais se fortalece o mercado. Não há mais razão para manter essa escala 6x1 com jornada de 44 horas semanais”, aponta.

Outro aspecto que pode contar a favor tem a ver com a aprovação, tanto no Senado quanto na Câmara, de projetos que lei que reestruturam carreiras de servidores do legislativo federal, que incluiu, além de aumentos salariais, a instituição de uma licença compensatória para cargos considerados de maior complexidade, que podem chegar a um dia de descanso a cada três trabalhadores.

“Por que não podemos conceder o fim da escala 6x1 para a massa de trabalhadores?”, questiona.

CENÁRIO

Dados oficiais apontam 67% dos trabalhadores formais têm jornada superior a 40 horas no Brasil. Já a média de horas trabalhadas é menor, mas superior a grande maioria dos países. Segundo informações do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os brasileiros trabalham, em média, 39 horas por semana, mais do que norte-americanos, coreanos, portugueses, espanhóis, argentinos, italianos e franceses. E muito mais que os alemães, que estão entre os trabalhadores mais produtivos do mundo, com média de 33 horas semanais.

Em 2023, Chile e Equador aprovaram legislações para reduzir a jornada semanal de 45 para 40 horas. O México, que até recentemente tinha uma das maiores jornadas de trabalho da América Latina, de 48 horas semanais, também aprovou redução gradual para 40 horas. “Na União Europeia, a média é de 36 horas semanais, variando de 32 horas, na Holanda, e 43 horas na Turquia”, exemplifica Paim.

Outro ponto mencionado pelo senador é que trabalhadores com menor escolaridade são aqueles que trabalham, em média, 42 horas semanais, enquanto aqueles com ensino superior a média cai para 37 horas semanais. “Ou seja, a redução de jornada beneficia justamente os trabalhadores mais precarizados”.

JUSTIÇA

CNJ torna regras mais rígidas e proíbe retaliações a quem denunciar assédio

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu retaliações contra quem denunciar casos de assédio no Poder Judiciário. A mudança foi aprovada na última quinta-feira, e integra um conjunto de alterações que, segundo o órgão, visam endurecer a resolução que institui a política de enfrentamento a esse tipo de violência.

De acordo com o CNJ, caberá à administração pública comprovar a legitimidade de atos que possam ser interpretados como retaliação. Entre as práticas que podem configurar represália estão exoneração, mudan-

ças de lotação sem justificativa, alterações abruptas em avaliações de desempenho, restrição de atribuições ou negação de oportunidades de capacitação.

“A norma passa a abranger todas as condutas de assédio e discriminação nas relações profissionais do Judiciário, incluindo o estagiários, aprendizes, voluntários, terceirizados e prestadores de serviços, além de se estender às serventias extrajudiciais”, diz o CNJ.

A resolução formaliza ainda a definição de “notícia de assédio ou discriminação”, que passa a incluir qualquer comunicação, inclusive informal, sobre assédio moral, sexual ou discrimina-

ção O texto também aprimora o fluxo de acolhimento às vítimas, com isso uma comissão fará o primeiro atendimento e articulará com a comissão da outra instância envolvida, assegurando sigilo e proteção.

Além disso, a norma prevê ações de conscientização, como a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, preferencialmente na primeira semana de maio, e o Encontro Nacional das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio, a ser realizado anualmente no segundo semestre.

As regras são para casos internos do Poder Judiciário, relativos às condutas nas relações

Nota

DEFESA RELATA PIORA DA SAÚDE DE BOLSONARO E COBRA LAUDO DA PF PARA DOMICILIAR

A defesa de Jair Bolsonaro relatou o que chamou de “piora” nos últimos dias no estado de saúde do ex-presidente. Em petição em seu processo de execução penal, os advogados apontam que Bolsonaro passou a sofrer com “episódios eméticos” (vômito) e crises de soluço acentuadas. Por isso, cobram a entrega, pela Polícia Federal, do laudo da perícia realizada para avaliar a necessidade de prisão domiciliar do ex-presidente. Bolsonaro está detido no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, também conhecido como Papudinha, desde

TESOURO

EUA estão prontos para negociar com o Irã, diz secretário

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, disse ontem que o governo Trump está pronto para continuar as negociações amanhã com o Irã, caso Teerã concorde com o encontro, em meio às pressão americana aplicada por meio de sanções.

"O presidente Trump instruiu o Tesouro para pressionarmos ao máximo o Irã e isso foi visto em dezembro", disse Bessent ao se referir aos protestos influenciados pela crise

econômica que assola o país persa. "A boa notícia é que o Irã está com poucos dólares para comprar armas ou bens".

Bessent ainda disse que a reunião dos EUA com o Irã não tem local definido. O enviado especial da Casa Branca, Steve Witkoff, deveria se reunir na próxima sexta-feira em Istambul, na Turquia, com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi. O regime dos aiatolás teria ontem pedido mudanças no formato e local das negociações, segundo a *Axios*.

VIDEOCONFERÊNCIA

Putin e Xi discutem cooperação bilateral e relação com os EUA

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o líder da China, Xi Jinping, realizaram uma videoconferência ontem para discutir o aprofundamento da cooperação econômica entre Moscou e Pequim, a relação com os Estados Unidos e temas globais

Putin aceitou convite para visitar a China duas vezes neste ano. A conversa ocorreu em meio a esforços de líderes ocidentais para reforçar laços com Pequim, apesar das divergências sobre a guerra na Ucrânia. Países europeus pressionam a China a reduzir o apoio à Rússia, enquanto Pequim se consolidou como principal parceiro comercial de Moscou, que busca aliviar os efeitos das sanções ocidentais.

Putin afirmou que o vínculo bilateral é um fator de estabilização em um cenário global turbulento. Xi disse que os dois discutiram planos para fortalecer as relações bilaterais e aprofundar a cooperação estratégica.

O presidente russo elogiou a

cooperação em energia, o uso pacífico da energia nuclear e projetos de alta tecnologia, além da decisão chinesa de permitir entrada sem visto para russos, medida também adotada por Moscou.

Segundo o assessor do Kremlin Yuri Ushakov, Putin e Xi também trocaram avaliações sobre as relações com os EUA, que "praticamente coincidem", defendendo cooperação baseada no direito internacional e na Carta da ONU. Xi também apoiou as negociações entre Rússia, Ucrânia e EUA em Abu Dhabi.

Putin observou que Washington não respondeu à proposta de estender por um ano o tratado nuclear New START, que expira nesta quinta-feira, mas afirmou que Moscou seguirá aberta a negociações para garantir estabilidade estratégica. Também foram discutidas tensões envolvendo o Irã e a situação na Venezuela e em Cuba. Fonte: Associated Press*.

BRASIL COMO EXEMPLO

EUA usam tarifas para reduzir as aplicadas ao país, diz secretário

MATHEUS ANDRADE/AE

Questionado ontem, sobre os efeitos das tarifas a outros países para apoiar a indústria americana, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, respondeu que a administração as usou visando reduzir aquelas aplicadas aos produtos norte-americanos, como nos casos de Brasil e Colômbia. As respostas ocorreram em testemunho perante o Comitê de Serviços Financeiros da Câmara dos Representantes, no qual Bessent se negou a afirmar se uma declaração antiga sua de que as tarifas eram inflacionárias estava correta.

Também evasivo, ao ser questionado, Bessent não respondeu sobre a possibilidade de remoção de membros do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) por discordâncias com o presidente norte-americano ser válida. Por sua vez, ele indicou acreditar que o presidente Donald Trump tem direito de opinar sobre política monetária. Segundo ele, o Fed teve a independência afetada ao interferir em outras áreas e perdeu a confiança quando inflação saiu do controle no governo anterior.

Ainda sobre a autoridade,

disse que Donald Trump "deixou claro" que as moedas digitais de bancos centrais (CDBC) vão contra os planos da administração, e que espera que esta seja a mesma posição da autoridade monetária. Segundo o secretário, não há uma busca por desregulamentação financeira a todo custo. Ele defendeu ainda a continuidade de políticas que fortaleçam o dólar.

Sobre a Venezuela, mais uma vez evasivo, o secretário não apontou quais dispositivos legais Washington possui para comandar setores do país, especialmente o de hidrocarbonetos. Por sua vez, apontou: "teremos auditores externos para monitorar fluxo de fundos petrolíferos à Venezuela". Bessent disse ainda que as prioridades de Defesa são as mesmas da economia, "começando com minerais críticos".

Sobre preços de habitação, afirmou que as hipotecas tocaram a mínima em três meses em janeiro, caminhando para redução de custos.

Bessent reforçou uma série de vezes que imigrantes ilegais impulsionam a alta de preços de aluguéis, e que as ações recentes da administração no tema tendem a reduzir a demanda.

LESA HUMANIDADE

Justiça argentina pede aos EUA extradição de Maduro

PEDRO LIMA/AE

A Justiça da Argentina solicitou aos Estados Unidos a extradição do ditador venezuelano Nicolás Maduro para que ele seja interrogado em um processo que apura supostos crimes de lesa humanidade cometidos durante sua gestão. A medida foi determinada pelo juiz federal Sebastián Ramos e deverá ser formalizada pela chancelaria argentina junto ao governo do presidente dos EUA, Donald Trump, segundo a imprensa argentina.

Na decisão, o magistrado ordenou o envio de um pedido formal às autoridades americanas "a efeitos de solicitar a extradição de Nicolás Maduro Moros" (foto), com base no tratado bilateral de extradição entre Argentina e Estados Unidos.

O caso teve início em 2023, a partir de uma denúncia apresentada por organizações não governamentais em nome de cidadãos venezuelanos.

A investigação envolve acu-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

sações de detenções ilegais, tortura, perseguição política e outros abusos contra opositores e manifestantes durante protestos realizados na Venezuela. Entre os investigados também estão o ex-comandante da Guarda Nacional Bolivariana Justo José Noguera Pietri e o ministro do Interior vene-

zuelano, Diosdado Cabello.

De acordo com os denunciantes, haveria na Venezuela um "plano sistemático de repressão" em vigor desde 2014, com desaparecimentos forçados, tortura, homicídios e perseguição a dissidentes. Com base nessas alegações, a Justiça argentina já havia ordenado, em

setembro de 2024, a captura internacional de Maduro e dos demais acusados.

Após a confirmação da detenção de Maduro durante uma operação militar dos Estados Unidos em território venezuelano, em 3 de janeiro, o procurador federal Carlos Stornelli solicitou que a Argentina requeresse formalmente a extradição do ex-presidente para que ele seja ouvido no processo. Ramos acolheu o pedido.

A Argentina recorre ao princípio da jurisdição universal para investigar crimes de lesa humanidade cometidos fora de seu território. O país tem histórico nesse tipo de iniciativa, embora a maioria das ações contra líderes estrangeiros não tenha resultado em detenções ou extradições.

A decisão ocorre em um contexto de aproximação política do governo do presidente argentino, Javier Milei, com o governo Trump, após elogios de Milei à intervenção norte-americana na Venezuela.

GESTAPO

Governo anuncia a saída de 700 agentes de imigração de Minnesota

Cerca de 700 agentes federais serão retirados da operação de imigração em Minnesota, disse o czar da fronteira, Tom Homan, durante uma coletiva de imprensa ontem. Aproximadamente 3.000 agentes federais estão atualmente mobilizados no Estado.

Homan afirmou que a ação surgiu depois que as autoridades estaduais e locais concordaram em cooperar, entregando imigrantes presos. Entre os 700 que deixarão a região estão

agentes do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE) e da Patrulha da Fronteira, o efetivo federal restante será de mais de 2.000 pessoas.

"Considerando esse aumento sem precedentes na colaboração e, como resultado, da necessidade de menos agentes de segurança pública para realizar esse trabalho e de um ambiente mais seguro, anuncio que, com efeito imediato, reduziremos o efetivo em 700 pessoas - 700

agentes da lei", disse Homan durante a coletiva de imprensa.

Porém, Homan não deu um prazo para o término da operação em Minnesota, após semanas de tumulto nas Cidades Gêmeas (área metropolitana formada por Minneapolis e Saint Paul), e protestos crescentes, especialmente desde a morte do manifestante Alex Pretti, segundo tiroteio fatal por agentes federais em no Estado de Minneapolis.

Para o czar da fronteira, uma retirada em larga escala só ocor-

rerá depois que as pessoas pararem de interferir os agentes federais que realizam prisões, ou de montar bloqueios nas estradas para impedir as operações. Mesmo assim, cerca de 2.000 policiais permanecerão no estado após a redução desta semana, afirmou ele.

Homan ainda disse que gostaria de retornar ao efetivo federal de imigração normal da região metropolitana, que, segundo ele, era de cerca de 150 agentes.

RÚSSIA/UCRÂNIA

Enviados se reúnem em Abu Dhabi para negociações mediadas pelos EUA

Enviados da Rússia e da Ucrânia se reuniram em Abu Dhabi ontem, para mais uma rodada de negociações mediadas pelos Estados Unidos sobre o fim da guerra que já dura quase quatro anos, disse um negociador ucraniano.

As delegações de Moscou e Kiev foram acompanhadas nos Emirados Árabes Unidos por autoridades americanas, afirmou Rustem Umerov, chefe do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia, que estava presente na reunião, em suas redes sociais.

Umerov disse que as negociações planejadas, com duração de dois dias, começaram com a presença das três delegações. Os negociadores se dividiriam em grupos de acordo com os tópicos e, em seguida, se reuniram novamente como um grupo completo ao final.

Segundo a Casa Branca, a equipe americana deveria incluir o enviado especial Steve Witkoff e o genro do presidente Donald Trump, Jared Kushner, que também participaram da reunião do mês passado.

As negociações atuais também coincidem com o vencimento, nesta quinta-feira, 5, do último pacto nuclear remanescente entre a Rússia e os Estados Unidos. Trump e Vladimir Putin podem estender os termos do tratado ou renegociar suas condições, em um esforço para evitar uma nova corrida armamen-

tista nuclear.

As discussões do mês passado na capital dos Emirados Árabes Unidos, parte de uma iniciativa dos EUA para colocar fim aos combates, renderam alguns progressos, mas não chegaram a um acordo sobre questões-chave, disseram autoridades.

INFRAESTRUTURA

As negociações em Abu Dhabi ocorreram em meio à indignação ucraniana com os grandes ataques russos ao seu sistema energético, que vêm acontecendo todos os invernos desde que a Rússia lançou sua invasão total ao país vizinho em 24 de fevereiro de 2022.

Um intenso bombardeio russo durante a noite de segunda-feira passada para terça-feira, incluiu centenas de drones e um número recorde de 32 mísseis balísticos, ferindo pelo menos 10 pessoas. Isso ocorreu apesar de a Ucrânia ter entendido que o presidente russo havia dito a Trump que suspenderia temporariamente os ataques à rede elétrica ucraniana.

Os civis ucranianos estão enfrentando um dos invernos mais rigorosos dos últimos anos, com temperaturas em torno de -20 graus Celsius.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, não ofereceu detalhes sobre as negociações em Abu Dhabi e afirmou que Moscou não planejava comentar os resultados.

Ele afirmou que "as portas para uma solução pacífica estão abertas", mas observou que Moscou manterá suas ações militares até que Kiev atenda às suas exigências.

A Rússia está atacando instalações de energia da Ucrânia porque suas forças armadas acreditam que os alvos estão associados ao esforço militar de Kiev, disse Peskov.

Não houve clareza sobre por quanto tempo Putin prometeu respeitar a pausa nos ataques à rede elétrica, e Moscou não interrompeu seus ataques aéreos contra outros alvos na Ucrânia, apesar de um funcionário do Kremlin ter afirmado na semana passada que a Rússia havia concordado em suspender os ataques a Kiev por uma semana, até 1º de fevereiro.

O presidente ucraniano Volodymyr Zelenski afirmou na noite de terça-feira que, em apenas quatro dias, uma nova onda de ataques atingiu a rede elétrica da Ucrânia, acusando Putin de duplicidade.

Trump afirmou na terça-feira que Putin "cumpriu sua palavra" sobre a pausa temporária. Enquanto isso, a secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse que Trump "infelizmente não ficou surpreso" com a retomada dos ataques de Moscou.

O Instituto para o Estudo da Guerra, um centro de estudos de Washington, afirmou que os

acontecimentos faziam parte da estratégia de negociação de Moscou.

"O Kremlin provavelmente tentará apresentar sua adesão a essa moratória de curto prazo sobre ataques ao setor energético como uma concessão significativa para obter vantagem nas próximas negociações de paz, embora o Kremlin tenha usado esses poucos dias para estocar mísseis para um pacote de ataques maior", afirmou a agência na noite de terça-feira.

ATAQUES NOTURNOS

A Rússia lançou 105 drones contra a Ucrânia durante a noite, e as defesas aéreas abateram 88 deles, informou a Força Aérea Ucraniana nesta quarta-feira. Ataques com 17 drones foram registrados em 14 locais, além da queda de destroços em cinco pontos, acrescentou a Força Aérea.

Na região central de Dnipro-petrovsk, um ataque russo a uma área residencial matou uma mulher de 68 anos e um homem de 38 anos, disse o chefe da administração militar regional, Oleksandr Hancha.

A cidade de Odessa, no sul do país, também sofreu um ataque em grande escala, afirmou Oleh Kiper, chefe da administração militar regional. Cerca de 20 prédios residenciais foram danificados e quatro pessoas foram resgatadas dos escombros, disse ele. Bessent: